

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
FACULDADE UnB PLANALTINA

MARIANA MELIM FALQUETO

ANÁLISE DO PROGRAMA DISTRITAL DE CRÉDITO FUNDO DE  
DESENVOLVIMENTO RURAL – FDR/DF

PLANALTINA-DF

2013

MARIANA MELIM FALQUETO

ANÁLISE DO PROGRAMA DISTRITAL DE CRÉDITO FUNDO DE  
DESENVOLVIMENTO RURAL FDR/DF

Relatório final apresentado ao curso de  
Gestão do Agronegócio, como requisito  
parcial à obtenção do título de bacharel  
em Gestão do Agronegócio.

Orientador: Mauro Eduardo Del Grossi

PLANALTINA-DF

2013

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus pelo dom da sabedoria e por jamais me deixar fraquejar.

Aos meus pais pelo incansável apoio, incentivo, confiança e por não medirem esforços para que esse dia chegasse.

À minha mãe especialmente, pois sem ela jamais teria prestado o vestibular.

Ao meu irmão que mesmo sem saber sempre foi grande motivo de admiração e exemplo.

Aos meus familiares, pelo apoio.

Ao Matheus de Almeida pela imensa paciência, compreensão e pelo constante apoio e incentivo.

À Jéssica Fazolo Caliman e Tayline Walverde pelo apoio para a conclusão deste trabalho.

Ao meu mestre e orientador Mauro Eduardo Del Grossi pela sua paciência e generosidade ao aceitar a orientação.

Aos meus colegas de EMATER-DF, Antonio, Cleison, Flávia, Suzana e Zilçon pelo apoio, compreensão e paciência.

Aos meus amigos que sempre me incentivaram e jamais deixaram com que eu desistisse.

Aos colegas de turma pelos momentos inesquecíveis que vivemos durante o curso.

## **RESUMO**

O Fundo de Desenvolvimento Rural do Distrito Federal FDR/DF, criado e gerido pelo Governo do Distrito Federal por meio da Secretaria de Agricultura e Desenvolvimento Rural do Distrito Federal e da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal, vem se estabelecendo fortemente entre os agricultores do Distrito Federal como alternativa para a tomada de crédito para o incremento tecnológico e diversificação da produção para promoção do desenvolvimento rural. Com taxa de juros e prazo para pagamento atrativos, o FDR/DF vem ganhando cada vez mais força entre aqueles agricultores que não se enquadram em programas governamentais para agricultura familiar e nem em linhas de crédito para custeio e investimento comuns. O objetivo deste trabalho é analisar o FDR/DF e qual a percepção dos agricultores a respeito do programa. Tendo em conta ao fim das entrevistas que o FDR/DF foi avaliado de forma geral como uma boa alternativa e com relevância muito grande, mas, que ainda precisa aprimorar seus processos, pois foi também considerado burocrático e moroso.

**Palavras chave:** Crédito, Fundo de Desenvolvimento Rural, Desenvolvimento Rural.

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO .....	6
1.1. Caracterização da organização.....	6
1.1.2. Histórico da Organização .....	6
1.1.3. Missão da Organização .....	8
1.1.4. Gerência de Desenvolvimento Agropecuário – GEAGR.....	8
1.2. OBJETIVO GERAL .....	10
1.2.1. Objetivos Específicos.....	10
2. REFERENCIAL TEÓRICO .....	11
2.1. DESENVOLVIMENTO RURAL .....	11
2.2. ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL – ATER NO BRASIL .....	12
2.3. PARTICULARIDADES DO DISTRITO FEDERAL.....	13
2.3.1. Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno – RIDE-DF	15
2.3.2. Plano de Desenvolvimento Rural do Distrito Federal – PRÓ-RURAL/DF-RIDE	16
2.4. CRÉDITO RURAL.....	17
2.4.1. Histórico do Crédito Rural no Brasil.....	17
2.4.2. Algumas Linhas de Crédito.....	19
2.5. FUNDO DE DESENVOLVIMENTO RURAL – FDR .....	21
2.5.1. Realizações do FDR no Ano de 2012.....	22
3. METODOLOGIA .....	25
4. RESULTADOS.....	26
5. CONCLUSÃO .....	28
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	29

## **1. INTRODUÇÃO**

O crédito rural vem se mostrando ao longo dos anos como uma ferramenta de apoio aos agricultores. Sendo no Brasil na década de 1960 um grande impulsionador para a modernização agrícola.

Criado pela lei nº 2.653 de 27 de Dezembro de 2000, o Fundo de Desenvolvimento Rural, gerido pelo Governo do Distrito Federal por meio da Secretaria de Agricultura e desenvolvimento Rural e EMATER-DF, se destina a financiar despesas de financiamento e custeio na área rural do Distrito Federal e da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal – DF-RIDE. (Lei 2.653/00) O presente trabalho destina-se a apresentar e analisar a percepção dos agricultores em relação ao referido programa.

### **1.1.CARACTERIZAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO**

Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal (EMATER-DF), localizada no SAIN – Parque Estação Biológica – Ed. EMATER-DF, CEP 70770-915, Brasília-DF.CNPJ:00509612/0001-04.Telefone: (61) 3340-3030.Site: [www.emater.df.gov.br](http://www.emater.df.gov.br).

#### **1.1.2. Histórico da Organização**

A década de 1970 reservou um fato marcante para a comunidade rural, a criação da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal (EMATER-DF), com o objetivo de planejar, coordenar e executar programas de assistência técnica, econômica e social, para o aumento da produção e da produtividade agropecuária e a melhoria das condições de vida do homem no meio rural. A EMATER-DF foi instituída pelo Decreto nº 4.140 de 07 de abril de 1978, de acordo com autorização da Lei nº 6.500, de 07 de dezembro de 1977. (MATSUURA, 2008)

A EMATER-DF iniciou seu caminho, querendo fazer do Distrito Federal um multiplicador das atividades agropecuárias desenvolvidas na região do Cerrado. Na sua instalação contava apenas com a direção da empresa, assessores e especialistas e o operacional, ou técnico, composto pelos técnicos de campo e auxiliares de escritório. Essa estrutura dispunha de 23 funcionários, sendo que 11 eram técnicos (Engenheiros Agrônomos, Médicos-Veterinários e Técnicos Agrícolas) e 10 eram funcionários de apoio técnico e administrativo, lotados em um escritório central e cinco escritórios locais, além do Presidente e do Diretor. (MATSUURA, 2008)

No início dos anos 1980, se iniciou a atuação na área de economia doméstica com a contratação de profissional que passou a desenvolver um programa de educação sanitária e alimentar, além de ações educativas nos campos da saúde, alimentação/nutrição, saneamento, trabalho em hortas domésticas, conservas caseiras, organização de grupos de jovens dentre outros. (MATSUURA, 2008)

Na década de 1990 manteve-se a linha de trabalho iniciada na década anterior. A partir de 1991 a EMATER-DF experimentava uma fase privilegiada com o apoio financeiro do Governo do Distrito Federal (GDF). Com recursos provenientes do GDF, e de convênios com organismos internacionais, a EMATER-DF conseguiu ampliar sua estrutura e atendimento. (MATSUURA, 2008)

Nos anos 2000 a EMATER-DF passou a coordenar o Plano de Desenvolvimento Rural do Distrito Federal e Entorno – PRORURAL-DF/Ride. Nessa época também surge uma demanda crescente por produtos ecologicamente sustentáveis. A Empresa que já trabalhava com agricultura orgânica, passou a ampliar o atendimento aos produtores que adotaram esse padrão. A Empresa apoiou inclusive a luta por um espaço diferenciado para comercialização da produção. Surgiu aí o mercado de produtos orgânicos. (MATSUURA, 2008)

Em relação à extensão rural, a EMATER-DF fortaleceu ainda mais suas iniciativas com as ações comunitárias, promovendo o acesso da população carente da área rural aos serviços sociais e assistenciais nas áreas de saúde, previdência, educação, saneamento, higiene, direito civil, extensão rural, meio ambiente e lazer, além de formação técnica e de cidadania. (MATSUURA, 2008)

Em julho de 2006, foi criada pelo Governo Federal a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – Pnater, a assistência técnica e a extensão rural tomaram um grande impulso. O Pnater restaurou compromissos históricos com o setor rural, em especial com a agricultura familiar. Demonstrando com isso, a importância do trabalho da EMATER-DF. (MATSUURA, 2008)

Atualmente a EMATER-DF conta com 16 Gerências Locais: Alexandre de Gusmão, Brasília, Brazlândia, Ceilândia, Gama, Jardim, PAD-DF, Paranoá, Pípiripau, Planaltina, Rio Preto, São Sebastião, Sobradinho, Tabatinga, Taquara e Vargem Bonita, duas Gerências Regionais: Leste e Oeste, um Centro de Treinamento, e um escritório Central. (MATSUURA, 2008)





- I - estabelecer diretrizes técnicas da Gerência;
- II - elaborar Plano Anual de Trabalho da Gerência em consonância e em apoio aos Planos Anuais de Trabalho das Gerências Locais;
- III - identificar fontes de recursos necessários para a implementação das atividades da Gerência;
- IV - articular-se com os centros de pesquisas, universidades, demais órgãos governamentais e não governamentais;
- V - desenvolver, validar e disseminar informações tecnológicas e gerenciais agropecuárias;
- VI - promover a educação sanitária vegetal e animal em consonância com as normas Distrital e Federal;
- VII - assessorar as Gerências Locais nos assuntos referentes ao desenvolvimento da produção agropecuária;
- VIII - elaborar e acompanhar planos, programas, projetos, convênios, contratos e atividades afetas à sua Gerência;
- IX - representar a Empresa em comissões, comitês e outros colegiados (Resolução PRESI nº 14, EMATER-DF Regimento Interno/10).

Na GEAGR são coordenados quatro programas prioritários do GDF, são eles:

**Leite:** tem por objetivos o aumento do volume e qualidade do leite produzido, melhor distribuição de renda e sustentabilidade da atividade láctea no DF. (EMATER-DF, 2013)

**Olericultura:** promove e executa ações para fortalecer a olericultura no Distrito Federal, com vistas à inovação tecnológica, impacto de redução de custos, na comercialização e agregação de valor dos produtos, segurança dos alimentos, aumento no incremento da produção familiar, bem como, otimizar a competitividade do agronegócio de hortaliças. (EMATER-DF, 2013)

**Floricultura:** promove ações de sensibilização no campo, capacitação de técnicos, capacitação dos trabalhadores e dos produtores, incentivo ao associativismo e à comercialização. Além disso, vem promovendo a sensibilização de outras instituições parceiras como Embrapa, IFT Planaltina entre outras. (EMATER-DF, 2013)

**Agroecologia:** este programa contempla estratégias e ações objetivas para iniciação e progresso pelos caminhos da transição agroecológica. Visa promover a produção de alimentos em sistemas de base ecológica e contempla ações voltadas a contribuir para a segurança e soberania alimentar, a equidade, a justiça e a cidadania. Por último, atende as prioridades e necessidades de uma sociedade cada vez mais consciente da necessidade de preservar e utilizar de forma sustentável os recursos naturais. (EMATER-DF, 2013)

## 1.2.OBJETIVO GERAL

Analisar a percepção dos agricultores em relação ao programa distrital de crédito Fundo de Desenvolvimento Rural (FDR).

### 1.2.1. Objetivos Específicos

- Descrever o funcionamento, a regulamentação e o acesso ao programa.
- Identificar a utilização dos recursos e apresentar a utilização dos investimentos realizados.
- Analisar através das entrevistas sobre a percepção do público envolvido no programa, destacando seus pontos fortes e fracos.

## 2. REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1.DESENVOLVIMENTO RURAL

Por muito tempo, o desenvolvimento rural foi associado ao conjunto de ações do Estado e de organismos internacionais destinadas a intervenções nas regiões rurais pobres que não conseguiam se integrar ao processo de modernização agrícola. Essa foi a justificativa para a intervenção no meio rural do Brasil e de outros países na América Latina no período conhecido como “revolução verde”. No Brasil, as políticas de “desenvolvimento rural integrado” eram apontadas como a solução viável para as regiões atrasadas. (SCHENEIDER, 2010)

Somente na década de 1990 houve uma mudança no enfoque e no entendimento sobre o desenvolvimento rural. A partir daí ocorre uma retomada fortemente influenciada pelas transformações sociais, políticas e econômicas que se operaram em vários âmbitos como o do Estado, dos atores da sociedade civil. Graças a estas mudanças gerais, que influenciaram as discussões específicas sobre o tema do desenvolvimento rural, que se desdobraram em políticas governamentais direcionadas para a reforma agrária, o crédito para agricultura familiar, etc. (SCHENEIDER, 2010)

A partir deste período surge um novo rural brasileiro, decorrente da modernização da base tecnológica da agropecuária. O rural deixa de lado o sinônimo de atraso e torna agricultura uma de suas atividades.

Segundo SCHENEIDER (2010) o novo rural seria composto de três grupos de atividades.

Esse novo rural (ou o processo de rurbanização) seria composto, basicamente, por três grupos de atividades, quais sejam: uma agropecuária moderna (agronegócio) baseada em commodities e intimamente ligada às agroindústrias; um conjunto de atividades não agrícolas ligadas a moradia, ao lazer e a varias atividades industriais e de prestação de serviços e, por último, um conjunto de novas atividades agropecuárias, impulsionadas por nichos de mercado. Além desta faceta moderna, o lado atrasado do rural persistiria por meio da manutenção da pobreza e da vulnerabilidade de ampla gama da população. O semblante deste novo rural seriam as famílias pluriativas, que são aquelas que combinam atividades agrícolas e não-agrícolas e promovem a integração intersetorial (agricultura com comercio e serviços) e interespacial (rural com urbano). (SCHEINEIDER, 2010)

## 2.2.ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL – ATER NO BRASIL

Segundo o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), o principal objetivo dos serviços de assistência técnica e extensão rural (Ater) é melhorar a renda e a qualidade de vida das famílias rurais. (MDA, 2013)

Os serviços Ater no Brasil tiveram início no final da década de quarenta. Seguindo uma análise histórica é possível identificar diferentes fases pelas quais passou o serviço de extensão no país. É possível afirmar também que o período mais crítico ocorreu após a extinção da Embrater – Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural, em 1990, durante o Governo Collor, sob a égide do modelo neoliberal de Estado Mínimo. (SILVA)

Ao longo dos 13 anos seguintes, a disponibilização de conhecimentos e tecnologias, a socialização de informações sobre mercados e sobre políticas públicas direcionadas ao desenvolvimento rural se tornaram atividades cada vez mais escassas no meio rural. A partir de 2003, o Brasil iniciou um processo de construção de uma política para assistência técnica e extensão rural, capaz de atender a agricultura familiar de forma efetiva, de modo a contribuir para a superação da problemática sócio-ambiental vigente no campo e trabalhar para a transição a estilos de agriculturas sustentáveis, bem como articular as demais políticas públicas voltadas ao meio rural. (SILVA)

A nova Ater nasceu a partir da análise crítica dos resultados negativos da Revolução Verde e de problemas já evidenciados pelos estudos dos modelos convencionais de Ater. A Política Nacional de Ater (Pnater) passa a ser um instrumento verdadeiramente novo e capaz de contribuir, de forma decisiva e generosa, para a construção de outros estilos de desenvolvimento rural e de agricultura que além de sustentáveis possam assegurar uma produção qualificada de alimentos e melhores condições de vida para a população rural e urbana. (SILVA)

A Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural - Pnater foi elaborada em parceria com organizações governamentais e não governamentais de Ater e a sociedade civil organizada. Sendo instituída pelo Governo Federal através da Lei 12.188 de 11 de janeiro de 2010. (MDA, 2013)

Tendo como orientador o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural - Pronater, a Pnater foi elaborada a partir dos princípios do desenvolvimento sustentável, incluindo a diversidade de categorias e atividades da agricultura familiar, e considerando

elementos como gênero, geração e etnia e o papel das organizações governamentais e não governamentais. (MDA, 2013)

Segundo o Art. 4º da referida Lei (Lei 12.188/2010) são objetivos da Pnater:

Art. 4º São objetivos da Pnater:

I - promover o desenvolvimento rural sustentável;

II - apoiar iniciativas econômicas que promovam as potencialidades e vocações regionais e locais;

III - aumentar a produção, a qualidade e a produtividade das atividades e serviços agropecuários e não agropecuários, inclusive agroextrativistas, florestais e artesanais;

IV - promover a melhoria da qualidade de vida de seus beneficiários;

V - assessorar as diversas fases das atividades econômicas, a gestão de negócios, sua organização, a produção, inserção no mercado e abastecimento, observando as peculiaridades das diferentes cadeias produtivas;

VI - desenvolver ações voltadas ao uso, manejo, proteção, conservação e recuperação dos recursos naturais, dos agroecossistemas e da biodiversidade;

VII - construir sistemas de produção sustentáveis a partir do conhecimento científico, empírico e tradicional;

VIII - aumentar a renda do público beneficiário e agregar valor a sua produção;

IX - apoiar o associativismo e o cooperativismo, bem como a formação de agentes de assistência técnica e extensão rural;

X - promover o desenvolvimento e a apropriação de inovações tecnológicas e organizativas adequadas ao público beneficiário e a integração deste ao mercado produtivo nacional;

XI - promover a integração da Ater com a pesquisa, aproximando a produção agrícola e o meio rural do conhecimento científico; e

XII - contribuir para a expansão do aprendizado e da qualificação profissional e diversificada, apropriada e contextualizada à realidade do meio rural brasileiro (Lei 12.188/10)

## 2.3.PARTICULARIDADES DO DISTRITO FEDERAL

O Distrito Federal é o resultado do traçado no mapa de uma área de 5.801 Km² em cima de antigas fazendas de gado. Por ato administrativo, toda terra deste perímetro passou a pertencer a União. Esse caráter deu uma conformação muito particular as dinâmicas territoriais e demográficas de Brasília, configurações diferentes das outras cidades no país. Por ser território concebido artificialmente, a evolução do quadro socioeconômico do DF é também particular (PIERRI, 2010).

A realidade fundiária no Distrito Federal, típica do Brasil, não era o objetivo explícito quando da organização do espaço agrário do Distrito Federal. A desapropriação de terras no quadrilátero da Capital tinha por objetivo conter a especulação imobiliária e promover o abastecimento da população com produtos agropecuários básicos. Inicialmente, no propósito

de implantar um processo de produção rural integrado, em razão das distintas vocações zonais do território, foram dimensionados e parcelados núcleos rurais com modulações físicas adequadas a cada tipo de uso e exploração agropecuária (PIERRI, 2010).

Depois que os limites do DF foram ratificados, criou-se a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil (NOVACAP), responsável pela desapropriação de terras situadas no DF (Lei 2.874/1956). O estudo da cadeia dominial das fazendas que estavam parcial ou integralmente, anexadas ao DF, situadas nos municípios de Luziânia, Planaltina e Formosa, foi concluído em 1958. Revelou a presença de terras devolutas e as enormes dificuldades de levantamento de registros imobiliários, principalmente, devido à ausência de documentação por parte dos ocupantes (FORTES ET AL).

A necessidade de disciplinar a ocupação em áreas urbanas e rurais do DF, resultou na elaboração do Plano Estrutural de Organização Territorial (PEOT/1977), Plano de Ocupação Territorial (POT/1985), Plano de Ocupação e Uso do Solo (POUSO: atualizado pelo Decreto 12.898/1990) e Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT: Leis Distritais 353/1992 e 17/1997), além dos Planos Diretores Locais (PDL), para áreas urbanas ou de expansão urbana, e o cadastramento de terras públicas distritais (Lei Orgânica, 1993).

Por outro lado, a desapropriação de terras no DF passou, a partir do desmembramento da NOVACAP, a ser feita também pelo Governo do Distrito Federal (GDF) por meio da Companhia Imobiliária de Brasília (TERRACAP) (Leis 5.861/1972, 6.531/1978 e 6.816/1980).

Depois de trinta anos de espera os produtores rurais tiveram preferência nos contratos de direito real de uso. A TERRACAP anunciou em abril de 2009 o edital de licitação das primeiras 25 propriedades rurais públicas que poderiam ser adquiridas pelos atuais ocupantes por meio de contratos de direito real de uso com duração de trinta anos, prorrogáveis pelo mesmo período (WIGHTMAN/TRIBUNA RURAL, 2009).

Segundo o presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do DF (Fape-DF), Renato Simplício, dos 19.350 imóveis rurais do DF, apenas 13% possuíam escrituras. O presidente ainda destaca que a falta da escritura dos terrenos gerou uma estagnação no mercado agropecuário, já que nos anos anteriores os bancos deixaram de aceitar os contratos como garantias aos empréstimos e financiamentos. “Essa situação acarretou em falta de crédito de custeio e de investimento. Estimamos uma perda de R\$ 400 milhões de investimentos nas lavouras e na pecuária.” Avalia Simplício (TRIBUNA RURAL, 2009).

Para o presidente da Fape-DF, a legalização das terras rurais vai trazer um salto de qualidade para a agropecuária no DF. “Daqui pra frente vamos ter um impulso sem precedentes. Os novos tempos vão resgatar a auto-estima, a confiança e o desejo de produzir da categoria”. Ela enfatiza que haverá mais investimento em novas tecnologias e pesquisas para o desenvolvimento do setor (TRIBUNA RURAL, 2009).

### **2.3.1. Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno – RIDE-DF**

A Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno – RIDE-DF (figura 1), criada pela Lei Complementar nº 94, de 19 de fevereiro de 1998 e regulamentada pelo Decreto nº 2.710, de 04 de agosto de 1998, alterado pelo Decreto nº 3.445, de 04 de maio de 2000 (SUDECO, 2013).

A RIDE têm como objetivo articular e harmonizar as ações administrativas da União, estados e municípios para a promoção de projetos que visem à dinamização econômica e provisão de infra-estruturas necessárias ao desenvolvimento em escala regional (M I, 2013).

Tem prioridade no recebimento de recursos públicos destinados a investimentos que estejam de comum acordo entre os entes. Esses recursos devem contemplar demandas por equipamentos e serviços públicos, fomentar arranjos produtivos locais, propiciar o ordenamento territorial e assim promover o seu desenvolvimento integrado (M I, 2013).

Compete a ela articular, harmonizar e viabilizar as ações administrativas da União, do Distrito Federal, dos estados de Goiás e de Minas Gerais, e dos municípios que a compõem para a promoção de projetos que visem à dinamização econômica e provisão de infra-estruturas necessárias ao desenvolvimento em escala regional (M I, 2013).

É constituída pelo Distrito Federal, pelos municípios de Abadiânia, Água Fria de Goiás, Águas Lindas de Goiás, Alexânia, Cabeceiras, Cidade Ocidental, Cocalzinho de Goiás, Corumbá de Goiás, Cristalina, Formosa, Luziânia, Mimoso de Goiás, Novo Gama, Padre Bernardo, Pirenópolis, Planaltina, Santo Antônio do Descoberto, Valparaíso de Goiás e Vila Boa, no Estado de Goiás, e de Unaí, Buritis e Cabeceira Grande, no Estado de Minas Gerais. (MI, 2013)

**Figura 2: Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno – RIDE-DF**



*Fonte: Senado Federal, 2012*

### **2.3.2. Plano de Desenvolvimento Rural do Distrito Federal – PRÓ-RURAL/DF-RIDE**

Através da Lei nº 2.499, de 07 de dezembro de 1999 ficou instituído o Plano de Desenvolvimento Rural do Distrito Federal – PRÓ-RURAL/DF-RIDE. Com o objetivo de criar uma nova base de sustentação da agropecuária da região para, através da diversificação e da agregação de valor à matéria-prima, utilizar o potencial do mercado de Brasília promovendo a geração de empregos e renda no meio rural (Lei 2.499/99). Segundo o Artigo 2º tem como fundamentos:

- I - a geração de negócios através do estímulo e motivação para os investimentos privados;
- II - a criação de uma nova base econômica para a economia rural do Distrito Federal e demais unidades administrativas que constituem a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno - RIDE, sustentada pela diversificação compatível com a demanda do mercado regional;
- III - a substituição das importações;
- IV - a visão espacial buscando reduzir as diferenças econômicas e sociais entre as regiões do Distrito Federal e das demais unidades da RIDE;
- V - a visão integral no sentido de promover o bem-estar e do ser humano gerando ocupações dignas e em equilíbrio com o meio ambiente;
- VI - o planejamento estratégico. (Lei 2.499/99)

Através dele seriam beneficiados os empreendimentos rurais com capacidade de geração de postos de trabalho, incluídas as cooperativas de produção e trabalho, emprego e



renda, e os que, por avaliação do Poder Executivo, sejam considerados estratégicos para o desenvolvimento do Distrito Federal (Lei 2.499/99).

## 2.4. CRÉDITO RURAL

O crédito rural trata-se de financiamento destinado a produtores rurais, cooperativas ou associações de produtores rurais, cujo objetivo é estimular os investimentos e ajudar no custeio da produção e comercialização de produtos agropecuários. Para conseguir o crédito, o tomador deve ser idôneo, apresentar um projeto, plano ou orçamento que justifique o valor pedido. (Brasil, 2013)

Segundo o Manual do Crédito Rural do BACEN são objetivos do crédito rural

Estimular os investimentos rurais efetuados pelos produtores ou por suas cooperativas;

Favorecer o oportuno e adequado custeio da produção e a comercialização de produtos agropecuários;

Fortalecer o setor rural;

Incentivar a introdução de métodos racionais no sistema de produção, visando ao aumento de produtividade, à melhoria do padrão de vida das populações rurais e à adequada utilização dos recursos naturais;

Propiciar, pelo crédito fundiário, a aquisição e regularização de terras pelos pequenos produtores, posseiros e arrendatários e trabalhadores rurais;

Desenvolver atividades florestais e pesqueiras;

Estimular a geração de renda e o melhor uso da mão-de-obra na agricultura familiar. (Manual de Crédito Rural – BACEN, 2013)

Classifica-se atualmente em crédito de custeio, de investimento e de comercialização de produtos agropecuários. Tendo por objetivos básicos o estímulo aos investimentos rurais, o benefício do custeio da produção agrícola, além da comercialização dos produtos. (SCHNEIDER, 2006)

### 2.4.1. Histórico do Crédito Rural no Brasil

O crédito rural, no Brasil, teve seu início oficialmente na década de 60 com a Lei 4.829/65, que tinha como principais objetivos o estímulo ao crescimento ordenado de investimentos rurais, o favorecimento do custeio e da comercialização de produtos agrícolas, possibilitar o fortalecimento econômico dos produtores rurais e incentivar a inserção de métodos racionais de produção visando aumento de produtividade e à melhoria do padrão de vida das populações rurais. (TAVARES, 2010)

A política agrícola adotada a partir de 1965, no Brasil, produziu um rápido crescimento da participação do crédito rural no total do crédito destinado a investimentos na

economia. O objetivo da política econômica, durante a crise do petróleo (década de 1970), era enfrentar os desequilíbrios da economia, daí levanta-se uma série de críticas à política agrícola, dentre as quais se destacam: o aumento do subsídio à medida que o processo inflacionário passou a crescer de forma mais vigorosa a partir de 1974 produzindo taxas de juros reais negativas, a baixa participação dos produtores que obtinham crédito formal e a concentração do crédito nas mãos dos grandes proprietários de terra (SAYAD, 1978; BARROS, 1979).

O sistema de crédito rural – SNCR foi duramente criticado no início dos anos 80. As principais críticas argumentavam que seus efeitos eram poucos significativos sobre o crescimento da produção agrícola, sobre as tecnologias empregadas pelos produtores rurais e também sobre a elevação dos níveis de produtividade. No referido período os desequilíbrios da economia brasileira haviam se acentuado com a aceleração do processo inflacionário e como as taxas de juros dos empréstimos agrícolas eram inferiores às cobradas no mercado financeiro, em anos de inflação alta os custos do programa superava seus benefícios. Outro efeito perverso do sistema ocorria em relação à distribuição do financiamento aos produtores rurais. Quando as taxas de juros eram mantidas constantes mesmo em períodos de elevação dos preços, os grandes proprietários de terra ficavam com a maior parte dos subsídios (MATA 1982; SAYAD, 1981).

Na década de 90 a economia brasileira foi marcada pela inserção no mercado internacional, com a redução das tarifas de importação e a desvalorização da moeda no governo Collor e a drástica valorização do câmbio até 1999. Nessa década destacam-se também o processo de estabilização dos preços e a gradual saída do governo no financiamento da agricultura. Essa nova forma de atuação do governo é decorrência da política fiscal, do esforço de modernização do Estado e do controle dos gastos públicos (MELO, 1997; SHOUCHANA; PEROBELLI, 2001; GASQUES, 2000).

De acordo com Spolador (2001, p. 12):

Face à necessidade de novas alternativas de financiamento o governo, agora como agente regulador e estimulador, passaram a apoiar a criação de novas fontes de recursos (a CPR – Cédula do Produto Rural, por exemplo), abandonando a forma de atuação do período anterior, ou seja, a função principal de gerador de recursos para o crédito rural. Em 1988, com o objetivo de incentivar novas fontes não inflacionárias de financiamento, a constituição daquele ano criou os Fundos Constitucionais de Financiamento (FNO, FNE e FNECO) que seriam gerados através da alíquota de 3% da arrecadação do IPI e do IR. O BNDES, em 1991, a fim de aumentar a oferta de crédito rural formal, aumentou de forma significativa sua carteira de aplicações agropecuárias através do FINAME – Rural, do POC (Programa de Operações Conjuntas) e de programas de operações diretas do banco.

A partir de 1994 ocorreu um grande aumento da dívida dos produtores rurais em virtude do descasamento entre a correção dos preços mínimos e a correção dos financiamentos contraídos nas instituições financeiras. (GIMENES; GIMENES; GOZER, 2008)

Segundo Alves (2003), após muitos anos convivendo com taxas de juros pós-fixadas, o crédito agrícola para custeio foi agraciado na safra 1995/96, com uma taxa de juros nominal de 16% ao ano. Na safra 1996/97, a taxa de juros caiu para 12% ao ano, atingindo 8,75% ao ano na safra 1998/99, valor mantido desde então. A partir da safra 1998/99, o governo instituiu algumas linhas de crédito especiais para investimento com taxas de juros pré-fixadas, tais como, o Programa de Modernização da Frota de Tratores Agrícolas e Implementos Associados e Colheitadeiras (MODERFROTA) e o Programa de Incentivo ao Uso de Corretivos de Solos (PROSOLO). (GIMENES; GIMENES; GOZER, 2008)

#### **2.4.2. Algumas Linhas de Crédito**

Essa seção se destina a ilustrar uma simples comparação entre três linhas de crédito rural. A tabela 1 compara o PRONAF - Mais Alimentos, o PRONAMP e o FDR, estabelecendo como fatores comparativos o público a que se destina a linha, o que pode ser financiado, o valor que pode ser liberado, a taxa de juros anual e o prazo para pagamento. Tendo em vista que esses fatores podem ser determinantes para a escolha da linha de crédito a ser solicitada.

**Tabela 1: Comparativo PRONAF – Mais Alimentos/PRONAMP/FDR**

<b>Linha</b>	<b>Público destino</b>	<b>O que financia</b>	<b>Libera até (R\$)</b>	<b>Taxa de juros a.a</b>	<b>Prazo de pagamento</b>
<b>PRONAF - Mais Alimentos</b>	Agricultores familiares (DAP)	Implantação, ampliação ou modernização da infraestrutura de produção e serviços	130 mil	2%	Até 10 anos com 03 anos de carência
<b>PRONAMP</b>	Proprietários rurais, posseiros, arrendatários ou parceiros	Bens e serviços necessários ao empreendimento, destinados a promover o aumento da produtividade e da renda da família produtora rural	300 mil anos/safra	5%	Até 08 anos, incluída a carência de 03 anos
<b>FDR</b>	Produtores, empresas rurais, associações e cooperativas no DF	investimentos e custeio	I – Até R\$ 150.000,00 para produtores rurais, individualmente; II – Até R\$ 200.000,00 para empresas rurais; III – Até R\$ 300.000,00 para associações e cooperativa	3% ao ano, com desconto de 25% na taxa de juros para cada parcela paga até a data de vencimento	I – Dez anos, incluído o período de carência de até três anos, para investimento fixo; II – Oito anos, incluído o período de carência de até dois anos, para máquinas, veículos utilitários e equipamentos; III – Cinco anos, incluído o período de carência de até um ano, para os demais investimentos semifixos; IV – Três anos, incluído o período de carência de até um ano, para custeio agropecuário associado a projeto de investimento

*Fonte: Elaborado pela autora, 2013*

## 2.5.FUNDO DE DESENVOLVIMENTO RURAL – FDR

O Fundo de Desenvolvimento Rural foi criado pela lei nº 2.653 de 27 de Dezembro de 2000. Esse fundo se destina a financiar despesas de financiamento e custeio na área rural do Distrito Federal e da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal – DF-RIDE (Lei 2.653/00).

Segundo o Art. 2º da referida Lei são considerados beneficiários:

Art. 2º Consideram-se beneficiários do Fundo de Desenvolvimento Rural do Distrito Federal - FDR os produtores rurais enquadrados no Plano de Desenvolvimento Rural do Distrito Federal - PRÓ-RURAL- DF/RIDE, conforme estabelece a Lei nº 2.499, de 07 de dezembro de 1999, em empreendimentos com capacidade de geração de oportunidades de trabalho, emprego, renda, desenvolvimento tecnológico e ambiental, ouvido o Conselho de Política de Desenvolvimento Rural do Distrito Federal - CPDR instituído nos termos do art. 20 da Lei nº 2.499/99, cujos projetos contemplem:

I - a implantação de unidades novas de empreendimentos produtivos de bens e serviços;

II - a expansão de empreendimento produtivo que objetive o aumento da produção;

III - a modernização de empreendimento produtivo visando aprimorar a melhoria da qualidade dos produtos; com implantação de novas tecnologias;

IV - a reativação de empreendimento produtivo;

V - a implantação de empreendimento produtivo cujo resultado implique preservação ou recuperação de área ambientalmente degradada.

Parágrafo único. Para fazer jus ao financiamento previsto neste decreto, o beneficiário deverá atender aos seguintes requisitos e condicionantes:

I - ter empreendimento relacionado com a atividade em área rural no Distrito Federal ou RIDE;

II - estar em dia com as obrigações fiscais, parafiscais e sociais;

III - estar com as atividades de acordo com as diretrizes ambientais vigentes no Distrito Federal. (Lei 2.653/00)

As fontes de recurso se constituem através da transferência dos recursos destinados ao Programa de Desenvolvimento dos Agronegócios, das dotações orçamentárias específicas, das receitas decorrentes da aplicação do saldo existente no mercado financeiro, do retorno das aplicações do Fundo de Desenvolvimento Rural do Distrito Federal no setor privado, dos recursos provenientes de repasses de instituições de fomento de caráter interno e externo, de noventa e cinco por cento da receita arrecadada com a concessão de uso ou arrendamento de imóveis rurais pertencentes ao Governo do Distrito Federal, de quinze por cento da receita arrecadada com a venda dos imóveis rurais pertencentes ao Governo do Distrito Federal, de quinze por cento do produto arrecadado com a venda de ativos das empresas vinculadas à Secretaria de Agricultura e Desenvolvimento Rural do Distrito Federal – SEAGRI-DF (Lei nº 2.653/00).

### 2.5.1. Realizações do FDR no Ano de 2012

No exercício de 2012 o FDR/DF aprovou 45 projetos na ordem de R\$ 3.016.992,07. Acima da meta que havia sido estabelecida, para 2012, pela SEAGRI-DF que era de 40 projetos aprovados na ordem R\$ 2.485.670,00. (Relatório Anual FDR/DF, SEAGRI-DF, 2013).

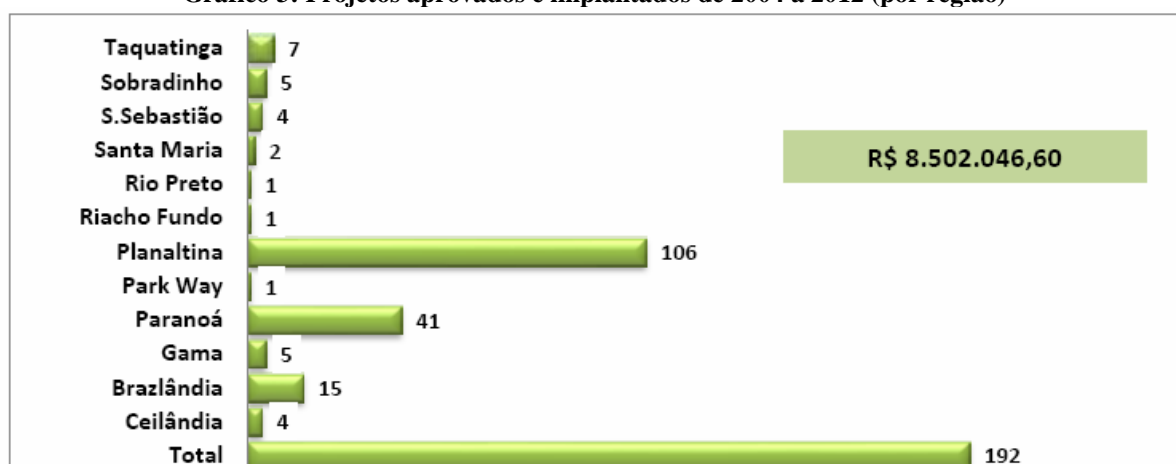
No gráfico a seguir é possível ver a evolução do número de projetos aprovados pelo montante em valor, desde 2004 até 2012.

**Gráfico 1: Projetos Aprovados e Implantados 2004 a 2012 (quantidade x valores)**

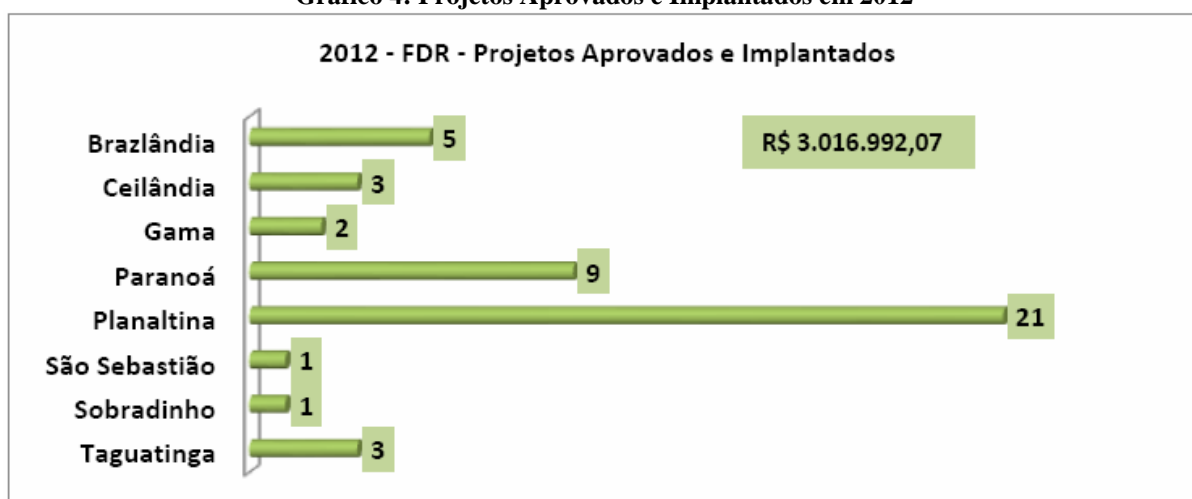


*Fonte: Relatório Anual FDR/DF, SEAGRI-DF, 2013*

É importante ressaltar também o potencial agrícola da Região de Planaltina. Sendo essa região a que mais aprovou e implantou projetos desde 2004, e no ano de 2012 aprovou 21 projetos, ou seja, cerca de 46,7% do total. Os gráficos 3 e 4 demonstram esses dados. (Relatório Anual FDR/DF, SEAGRI-DF, 2013)

**Gráfico 3: Projetos aprovados e implantados de 2004 a 2012 (por região)**

Fonte: Relatório Anual FDR/DF, SEAGRI-DF, 2013

**Gráfico 4: Projetos Aprovados e Implantados em 2012**

Fonte: Relatório Anual FDR/DF, SEAGRI-DF, 2013

Observando a Tabela 1 é possível afirmar que o FDR/DF vem se estabelecendo cada vez mais entre os produtores, ou seja, a procura pelo programa vem aumentando e os valores financiados por consequência também.

**Tabela 2: Comparativos FDR/DF**

Indicativo	2008	2009	2010	2011	2012
Recursos disponíveis	2.749.670,54	3.555.151,24	5.305.765,98	7.700.293,00	6.894.417,62
Valor total financiado	1.068.605,64	850.985,89	569.623,02	1.295.040,73	3.016.992,07
Recursos empenhados	1.068.605,64	922.984,76	569.623,02	1.326.560,25	3.291.630,87
Recursos liquidados	1.068.605,64	922.984,76	569.623,02	1.295.040,73	3.029.851,87
Nº da etapa no SAG	01	01	01	01	01
Etapas realizadas	32 Produtores	21 Produtores	11 Produtores	18 Produtores	45 Produtores

Fonte: Relatório Anual FDR/DF, SEAGRI-DF, 2013

Segundo o Relatório Anual do FDR (SEAGRI-DF, 2013), no ano de 2012 foi perceptível a escolha pelos produtores pela implantação de tecnologias mais produtivas, em especial para a aquisição de maquinários e implementos agrícolas. Observando a tabela 2 se torna fácil visualizar essa tendência, no período de 2009/2012, no caso dos Tratores Agrícolas de médio porte, o FDR/DF, aprovou Projetos e liberou recursos para 25 unidades, dos quais 14 somente em 2012, portanto, um incremento acima de 50% somente no último ano. (SEAGRI-DF/2013)

**Tabela 3: Atividades e Equipamentos Financiados 2009/2012**

PROJETOS FINANCIADOS E IMPLANTADOS		Quantidades				Total
Atividades/Equipamentos	Discriminação	2009	2010	2011	2012	
Brete com balança	Unidade	0	0	0	1	1
Bovinocultura de corte	Res	0	45	0	0	45
Bovinocultura leiteira	Matrizes	133	66	0	83	282
Caldeira à vapor	Unidade	0	0	0	2	2
Carreta agrícola	Unidade	1	1	7	6	15
Cultivador	Unidade	0	0	3	2	5
Cultivo de frutíferas	Hectares	2	0	0	5	7
Agroindústrias	Equipamentos	0	0	0	2	2
Distribuidora de fertilizantes	Conjunto	0	0	0	2	2
Enxada rotativa	Unidade	0	1	4	5	10
Estufa agrícola	350m <sup>2</sup>	6	3	0	58	67
Forrageira	Conjunto	0	0	0	3	3
Formação de capineira	Hectares	1	0	0	5	6
Formação de pastagens	Hectares	10	0	0	5	15
Grade aradora	Unidade	1	0	3	5	9
Grupo gerador	Conjunto	1	0	0	1	2
Microtrator	Unidade	0	0	5	3	8
Plaina	Unidade	0	0	1	2	3
Plantadeira	Unidade	1	0	0	2	3
Plataforma p/ colheitadeira	Unidade	0	0	1	0	1
Poço tubular profundo	Unidade	4	1	0	0	5
Pulverizador	Unidade	1	0	0	5	6
Roçadeira	Unidade	0	0	3	4	7
Silo agrícola	Unidade	2	0	0	0	2
Sulcador/subsolador	Unidade	0	0	6	3	9
Trator	Unidade	2	2	7	14	25
Veículo utilitário	Unidade	1	1	5	7	14

*Fonte: Relatório Anual FDR/DF, SEAGRI-DF, 2013*



### **3. METODOLOGIA**

No presente trabalho foi realizada uma pesquisa de campo com entrevistas semi-estruturadas diretas com produtores que acessaram o programa ou optaram por outra linha de crédito. Foram entrevistados 06 produtores dos quais apenas 01 optou por outra linha de crédito. Cinco dos produtores entrevistados são do Núcleo Rural Rio Preto e apenas um do Núcleo Rural Tabatinga, ambos pertencentes à Região de Planaltina tendo em vista que a Região de Planaltina foi a que teve mais projetos aprovados e implantados no ano de 2012.

Todos os entrevistados foram escolhidos através de contato direto com os técnicos da EMATER-DF local. Os beneficiários foram escolhidos de acordo com a aprovação do projeto, ou seja, foram escolhidos os que tiveram projetos aprovados há menos tempo.

Tendo em vista que o programa atende a todo tipo de agricultor, familiar ou não, não foi estabelecido nenhum critério desse tipo para as entrevistas.

Na primeira visita a campo foi realizado o reconhecimento da região e o contato direto com os técnicos da EMATER-DF local para o levantamento dos nomes dos possíveis entrevistados.

A partir daí foram realizadas as entrevistas. O apoio dos técnicos da EMATER-DF para a escolha dos produtores foi crucial para o andamento do trabalho, pois indicaram produtores acessíveis e que contribuíram muito para realização das entrevistas.

#### 4. RESULTADOS

Ao fim das entrevistas é importante destacar como os agricultores ficaram sabendo a respeito do programa. Quatro dos seis entrevistados afirmaram que receberam informações sobre o programa através do escritório local da EMATER-DF. Enquanto aos outros dois, um foi informado na concessionária onde iria adquirir maquinário agrícola e o outro através de seus vizinhos, sendo que um deles um beneficiário do programa.

Conforme a tabela 4, entre os beneficiários entrevistados o crédito foi utilizado para aquisição de estufas, maquinário e implementos agrícolas além de um veículo utilitário. No caso do não beneficiário o crédito foi usado para aquisição de um trator.

**Tabela 4: Produtor x Item Financiado**

Produtor	Estufa	Micro-trator	Perfurador de solo	Plantadeira	Trator	Veículo de transporte
<b>Beneficiário 1</b>	X					
<b>Beneficiário 2</b>			X		X	
<b>Beneficiário 3</b>		X				X
<b>Beneficiário 4</b>				X		
<b>Beneficiário 5</b>	X					
<b>Não Beneficiário</b>					X	

*Fonte: Elaborado pela autora, 2013*

Quando perguntados sobre a utilização de linhas de crédito antes apenas dois dos entrevistados disseram que nunca fizeram uso antes. Já os outros quatro afirmaram o uso anteriormente, mas apenas um já havia utilizado o FDR/DF anteriormente.

Quanto à dependência das linhas de crédito para continuar produzindo houve uma divisão. Quatro dos entrevistados não acham que são dependentes, mas reconhecem que a utilização dessas linhas auxilia muito e permite o “acesso a algumas inovações”. Quanto aos outros três, eles afirmam que dependem dessas linhas sim, pois segundo eles, nos atuais modelos de produção com custos mais altos, há a necessidade do incremento financeiro para continuar produzindo.

Em relação o que há de positivo no programa FDR/DF os beneficiários foram unânimes em afirmar que “a taxa de juros baixa e o prazo para o pagamento é o que mais atrai”. Sendo esse também um fator determinante para a tomada do crédito por esse programa. Um dos entrevistados também citou o fato de “não ter custo algum para elaboração do projeto, já que isso é feito pelo escritório local da EMATER-DF”.

Já o não beneficiário afirma que optou por outra linha, pois achou o processo para tomada do crédito “muito demorado e burocrático” tendo em vista que ele precisava de um

meio mais rápido para aquisição do bem que estava com um preço especial em função de um evento.

Em relação à questão burocrática para a tomada de crédito os beneficiários afirmaram que “não tiveram nenhum problema e que o processo foi tranquilo”.

Já em relação ao que poderia ser melhorado todos os beneficiários afirmaram que o prazo de tramitação do projeto é muito demorado, pois depende de reuniões do conselho do FDR/DF, um deles afirmou ainda que “levou seis meses para conseguir aprovação”. Enquanto o não beneficiário afirma que “deveria haver meios mais fáceis para o agricultor comprovar sua renda para aprovação”, já que no seu caso como olericultor, realiza atividades com diferentes culturas e com diferentes prazos para plantio e colheita.

Ao fim do processo todos avaliaram o programa, de forma geral, como um programa muito bom, que oferece prazo e juros acessíveis, além de beneficiar também os agricultores que não se encaixam nos programas familiares, mas tem dificuldades de acessar outras linhas convencionais, por conta dos prazos para o pagamento, além é claro de não gerar nenhum custo para elaboração do projeto.

## 5. CONCLUSÃO

O FDR/DF foi criado em 2000, e é gerido pelo Governo do Distrito Federal por meio da Secretaria de Agricultura e Desenvolvimento rural - SEAGRI e EMATER-DF. Libera o valor máximo de até 150 mil para o produtor individualmente com taxa de juros de 3% a.a. o FDR/DF vem encontrando cada vez mais aceitação no meio rural do DF. Tendo financiado no ano de 2012 um montante de R\$ 3.016.992,07. Sendo Planaltina a região que mais teve projetos aprovados e implantados ao longo dos anos.

Tendo sido avaliado de uma forma geral como um programa muito bom, o FDR/DF, pode se tornar grande aliado ao desenvolvimento, já que ele não visa somente financiamento de custeio e investimento em maquinário. É importante destacar que somente no ano de 2012 foram financiados equipamentos para duas agroindústrias.

Mas também é preciso salientar que o FDR/DF precisa passar por algumas mudanças, sendo a principal delas um processo de tramitação mais ágil. Tendo em vista que um projeto leva no mínimo quarenta e cinco dias para ser aprovado, caso esteja tudo em conformidade.

Ao fim do trabalho é importante destacar que o crédito rural é uma ferramenta importante para o desenvolvimento rural, tendo em vista que o fomento pode ser fator determinante para o incremento tecnológico e a diversificação dentro de uma propriedade. O crédito não pode ser mais visto somente como ferramenta para aquisição de equipamentos e como custeio para a safra.

## 6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, A. G. **As cooperativas agropecuárias e o BRDE** - histórico, situação atual e perspectivas. Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - Diretoria de Planejamento - Superintendência de Planejamento, 2003. 92 p.

Banco do Brasil. Pronaf Mais Alimentos disponível em:  
<<http://www.bb.com.br/portalbb/page251,8623,10818,0,0,1,1.bb?codigoMenu=11724&codigoNoticia=13069>>. Acesso 01.07.2013

Banco Central do Brasil – BACEN. Disponível em:  
<[http://www.bacen.gov.br/pre/bc\\_atende/port/rural.asp](http://www.bacen.gov.br/pre/bc_atende/port/rural.asp). Brasília: 2013

Banco Central do Brasil – BACEN. Resolução nº 3.559 de 2008. Altera as disposições estabelecidas no Manual de Crédito Rural, Capítulo 10 (MCR 10) para financiamento ao amparo do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). Brasília março de 2008

Banco Nacional do Desenvolvimento – BNDES. **Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor** disponível em:  
<[http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes\\_pt/Institucional/Apoio\\_Financeiro/Programas\\_e\\_Fundos/pronamp.html](http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Apoio_Financeiro/Programas_e_Fundos/pronamp.html)>. Acesso em: 27.06.2013

BARROS, J. R. M. **Política e desenvolvimento agrícola no Brasil**. In: VEIGA, A. Ensaio sobre Política Agrícola. São Paulo: Secretaria da Agricultura, 1979.

BOLTER, Jairo Alfredo Genz; HAAS, Jaqueline Mallmann; FENNER, Roniere dos Santos. **Desenvolvimento rural no Brasil. Quais as ações e quem as formula?** Uma análise a partir das redes do estado e dos movimentos sociais. Rio Grande do Sul, 2012.

Brasil. **Crédito Rural** disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/sobre/economia/emprestimo-e-financiamento/credito-rural>>. Acesso 15.06.2013

Brasil. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria da Agricultura Familiar. **Assistência Técnica e Extensão Rural** disponível em:  
<<http://portal.mda.gov.br/portal/saf/institucional/assistenciatecnicaextensaorural>>. Acesso em 13.06.2013

Brasil. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria da Agricultura Familiar. **Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural** disponível em:  
<<http://portal.mda.gov.br/portal/saf/programas/assistenciatecnica/2522569>>. Acesso 13.06.2013

Brasil. Ministério da Integração Nacional – MI. **Regiões integradas** disponível em  
[http://www.mi.gov.br/web/guest/regioes\\_integradas\\_df\\_rides](http://www.mi.gov.br/web/guest/regioes_integradas_df_rides). Acesso em 01.06.2013

Brasil. Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste – SUDECO. **Espaços Prioritários** disponível em <http://www.sudeco.gov.br/ride-df>. Acesso em 01.06.2013

Distrito Federal. Secretaria de Agricultura e Desenvolvimento Rural do Distrito Federal.  
**Fundo de desenvolvimento rural:** relatório anual de atividades 2012. Brasília: SEAGRI, 2013

Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal – EMATER-DF disponível em:

<[http://www.emater.df.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=category&id=45&Itemid=37](http://www.emater.df.gov.br/index.php?option=com_content&view=category&id=45&Itemid=37)>. Acesso 20.05.2013.

Empresa de Assistência Técnica e Extensão rural do Distrito Federal – EMATER-DF. Resolução nº 14 de 2010. Publica o Regimento Interno da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal (EMATER-DF), objetivando a publicidade devida no âmbito do Distrito Federal. Brasília agosto de 2010.

GASQUEZ, J. G. CONCEIÇÃO, J. C. P. R. **Fatores que afetam a oferta de recursos do crédito rural.** Revista Preços Agrícolas, v. 14, n. 161, 2000.

GIMENES, Régio Marcio Toesca; GIMENES, Fátima Pegorini; GOZER, Isabel Cristina. Evolução do crédito rural no Brasil e o papel das cooperativas agropecuárias no financiamento dos produtores rurais. Paraná, 2008.

LEI Nº 2.499, DE 07 DE SETEMBRO DE 1999. Institui o Plano de Desenvolvimento Rural do Distrito Federal - PRÓ-RURAL/DFRIDE. Diário Oficial do Distrito Federal Nº 244.

LEI Nº 2.653, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2000. Dispõe sobre a criação do Fundo de Desenvolvimento Rural do Distrito Federal - FDR.

LEI Nº 12.188, DE 11 DE JANEIRO DE 2010. Institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária - PNATER e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária - PRONATER, altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e dá outras providências.

MATA, M. **Crédito rural:** caracterização do sistema e estimativa dos subsídios implícitos. Revista Brasileira de Economia. v. 36, n. 3, 1982.

MATSUURA, Shigueo. **EMATER/DF 30 anos:** Ensinando e aprendendo. 1ª Ed. Brasília: EMATER/DF, 2008.

MELO, F. B. H. **Agricultura brasileira nos anos 90:** o real e o futuro. Revista de Economia Aplicada, v.2, n.1, 1998.

PIERRI, Maria Clara Queiroz Mauricio. Dinâmicas territoriais no Distrito Federal e seu impacto na agricultura familiar. Brasília, 2010.

SAYAD, J. **Crédito rural no Brasil.** Brasília: Ministério da Agricultura, 1978.

\_\_\_\_\_. **Crédito rural e taxas de juros reais positivas.** In: Encontro Nacional de Economia, Olinda, 1981. Anais. Brasília: ANPEC, 1981.

\_\_\_\_\_. **Estratégias de transição para a reforma do crédito rural.** In: Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, Curitiba, 1982. Anais. Brasília: SOBER, 1982.

SCHENEIDER, Edson Pedro. Cooperativismo de crédito: organização sistêmica ênfase no sistema SICREDI. Porto Alegre: 2006.

SCHENEIDER, S. “Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate”. Revista de Economia Política 3 (119): 511 – 531, jul. – set. 2010.

SCHOUCHANA, F.; PEROBELLI, F.S. **O financiamento da agricultura e o mercado futuro**. Resenha BM&F, n. 142, 2001.

Secretaria de Agricultura e Desenvolvimento Rural do Distrito Federal – SEAGRI-DF.

**Fundo de Desenvolvimento Rural** disponível em

<http://www.agricultura.df.gov.br/acoes/fundo-de-desenvolvimento-rural.html>. Acesso em 30/04/2013

Senado Federal – SF. **Explosão demográfica é uma das principais preocupações do entorno** disponível em <http://www12.senado.gov.br/noticias/materias/2012/04/02/explosao-demografica-e-uma-das-principais-preocupacoes-do-entorno>. Acesso em 01.06.2013

SILVA, Argileu Martins da. Política nacional de assistência técnica e extensão rural: avanços e desafios.

SPOLADOR, H. F. S. **Reflexões sobre a experiência brasileira de financiamento da agricultura**. (Dissertação de Mestrado), Piracicaba: ESALQ/USP, 2001.

TAVARES, Hernani Marques. **Análise do programa creditrabalho nas propriedades familiares do distrito federal**. (Dissertação de Doutorado), Brasília: PROPAGA/UnB 2010.

Tribuna Rural. **Terracap vai lançar editais para imóveis rurais a cada dois meses**: Depois de mais de 30 anos de espera, produtores terão preferência nos contratos de direito real de uso. Brasília, 2009.

## **ANEXO A**



**Faculdade UnB Planaltina**

**Graduação em Gestão do Agronegócio**

**Orientador: Mauro Eduardo Del Grossi**

**Graduanda: Mariana Melim Falqueto**

### **QUESTIONÁRIO ENTREVISTA PARA BEBENEFICÁRIO**

- 1) Como foi informado sobre o programa?
- 2) Para o que foi utilizado o crédito?
- 3) Já utilizava outras linhas de crédito?
- 4) Atualmente se considera dependente dessas linhas de crédito?
- 5) O que considera de positivo no programa?
- 6) Por que optou pelo programa?
- 7) Como avalia a burocracia necessária para tomada de crédito?
- 8) Qual melhoria poderia ser adotada?
- 9) De forma geral, como avalia o programa?





**Faculdade UnB Planaltina**

**Graduação em Gestão do Agronegócio**

**Orientador: Mauro Eduardo Del Grossi**

**Graduanda: Mariana Melim Falqueto**

## **QUESTINÁRIO ENTREVISTA PARA NÃO BENEFICIÁRIO**

- 1) Como foi informado sobre o programa (FDR)?
- 2) Para que seria utilizado o crédito?
- 3) Utiliza outras linhas habitualmente?
- 4) Atualmente se considera dependente dessas linhas de crédito?
- 5) Quais linhas de crédito normalmente utiliza?
- 6) Por que optou por outra linha de crédito?
- 7) O que poderia ser melhorado no programa (FDR)?
- 8) De forma geral, como avalia o programa (FDR)?

## ANEXO B

### LEI Nº 2653, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2000

*Dispõe sobre a criação do Fundo de Desenvolvimento Rural do Distrito Federal - FDR.*

**O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, FAÇO SABER QUE A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:**

Art. 1º Fica criado o Fundo de Desenvolvimento Rural do Distrito Federal – FDR, destinado a financiar as despesas de investimentos e custeio na área rural do Distrito Federal e da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal – DF-RIDE.

Art. 2º Constituem fontes de recursos do Fundo de Desenvolvimento Rural do Distrito Federal:

I – transferência dos recursos destinados ao Programa de Desenvolvimento dos Agronegócios, linha do Fundo de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal – FUNDEF, no exercício de 2000;

II - dotações orçamentárias específicas;

III – receitas decorrentes da aplicação do saldo existente no mercado financeiro;

IV – retorno das aplicações do Fundo de Desenvolvimento Rural do Distrito Federal no setor privado;

V – recursos provenientes de repasses de instituições de fomento de caráter interno e externo;

VI – noventa e cinco por cento da receita arrecadada com a concessão de uso ou o arrendamento de imóveis rurais pertencentes ao Governo do Distrito Federal;

VII - quinze por cento da receita arrecadada com a venda dos imóveis rurais pertencentes ao Governo do Distrito Federal;

VIII - quinze por cento do produto arrecadado com a venda de ativos das empresas vinculadas à Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Distrito Federal - SAADF.

*Parágrafo único.* A partir do exercício de 2001, as dotações orçamentárias destinadas à área rural pelo FUNDEF passarão a ser destinadas ao FDR.

Art. 3º Fica criado o Conselho Administrativo, órgão gestor do Fundo de Desenvolvimento Rural do Distrito Federal, composto pelos seguintes membros:

I - Secretário de Estado de Agricultura e Abastecimento do Distrito Federal;

II - Secretário de Estado de Fazenda e Planejamento do Distrito Federal;

III - Presidente do Banco de Brasília S.A. - BRB;

IV - Presidente do Sindicato Rural do Distrito Federal;

V – Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG;

VI – Presidente da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER-DF.

*Parágrafo único.* O Conselho Administrativo será presidido pelo Secretário de Estado de Agricultura e Abastecimento do Distrito Federal.

Art. 4º São atribuições do Conselho Administrativo do FDR, além do previsto no art. 4º da Lei Complementar nº 292, de 2 de junho de 2000:

I - manter o acompanhamento mensal dos recursos disponíveis e dos dados relativos ao desempenho do FDR, com a manutenção de arquivos com todas as informações das ações, dos programas e dos projetos desenvolvidos;

II - indicar providências quanto à operacionalização dos financiamentos;

III - administrar o FDR de modo a ensejar, sempre que possível, a continuidade de ações e programas que, iniciados em um governo, tenham condições de prosseguimento no subsequente;

IV - expedir resoluções e atos normativos complementares;

V - elaborar, no prazo de noventa dias a contar da data da publicação desta Lei, o seu regimento interno, que deverá estabelecer as normas de organização e funcionamento do FDR, devendo ser aprovado por decreto.

Art. 5º O BRB é o agente financeiro do FDR nas operações de financiamento ao setor privado rural, atuando sob a coordenação do Conselho de Política de Desenvolvimento Rural do Distrito Federal- CPDR, em nome do Distrito Federal, na contratação do respectivo financiamento e na cobrança dos créditos deles resultantes, podendo, ainda, exigir para a liberação de cada parcela do financiamento toda forma de garantia permitida em lei.

Art. 6º Será ressarcido ao BRB, a título de taxa de administração, o correspondente a até dois por cento do montante do Fundo aplicado anualmente.

Art. 7º Os riscos operacionais decorrentes dos financiamentos concedidos serão assumidos pelo FDR.

Art. 8º Os recursos do FDR serão destinados a projetos enquadrados no Plano de Desenvolvimento Rural do Distrito Federal – PRÓ-RURAL-DF-RIDE, conforme disposto na Lei nº 2.499, de 7 de dezembro de 1999.

*Parágrafo único.* Pelo menos cinquenta por cento do total de recursos disponíveis no FDR serão destinados a investimentos a serem implementados em áreas não superiores a vinte hectares.

Art. 9º O financiamento a ser concedido fica limitado, por tomador, a:

I – até R\$ 100.000,00 (cem mil reais) para produtor rural individualmente;

II – até R\$ 100.000,00 (cem mil reais) para empresas rurais;

III – até R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) para associações e cooperativas.

*Parágrafo único.* Os valores citados neste artigo serão revistos anualmente, tendo como referência a variação acumulada da UFIR.

Art. 10. Os projetos de financiamento pelo FDR ficam sujeitos à prévia aprovação do CPDR, instituído nos termos da Lei nº 2.499, de 7 de dezembro de 1999.

*Parágrafo único.* A aprovação dos projetos de financiamento fica condicionada, em qualquer hipótese, ao montante das dotações disponíveis em favor da modalidade de aplicação de recursos do FDR no qual se enquadrem.

Art. 11. Os financiamentos serão concedidos a projetos selecionados de acordo com critérios fixados pelo CPDR, àqueles de maior impacto social, priorizando os propostos por associações ou cooperativas de produtores rurais, micro, mini e pequenos produtores rurais, vedada a alocação de recursos para:

I – cobertura de encargos financeiros;

II – realização de gastos gerais de administração;

III – aquisição de imóvel;

IV – aquisição de veículos de passageiros;

V – recuperação de capital já investido;

VI – pagamento de dívidas;

VII – aquisição de máquinas e equipamentos usados, salvo por autorização do CPDR.

Art. 12. Os financiamentos concedidos com recursos do Fundo terão os seguintes prazos para pagamento:

I – até dez anos, incluído o período de carência de até três anos, para investimento fixo;

II – investimento semi-fixo:

até seis anos, incluído o período de carência de até dois anos, para maquinarias e veículos;

até quatro anos, incluído o período de carência de até um ano, para os demais;

III – até três anos, incluído o período de carência de até um ano, para custeio associado a projeto de investimento.

Art. 13. Os encargos financeiros dos financiamentos concedidos com recursos do Fundo serão calculados com base na taxa de juros de quatro por cento ao ano, sendo concedido bônus de adimplência de vinte e cinco por cento na taxa de juros para cada parcela da dívida paga até a data de seu respectivo vencimento.

*Parágrafo único.* A taxa de juros poderá ser revista pelo CPDR uma vez por ano, no mês de junho, tendo como referência a variação acumulada do Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna – IGP-DI, calculado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV.

Art. 14. Vencido e não pago o financiamento concedido com recursos do Fundo cumpre ao Banco de Brasília S.A. - BRB propor ação de execução relativa ao crédito.

Art. 15. O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de sessenta dias.

Art. 16. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 17. Revogam-se as disposições em contrário, em especial o art. 18 da Lei nº 2.499, de 7 de dezembro de 1999.

Publicada no DODF de 28.12.2000